

N° 2840.

ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE,
BOLIVIE, BRÉSIL,
CHILI, COLOMBIE, etc.

Convention générale interaméricaine
pour la protection des marques de
fabrique et commerciale, avec Pro-
tocolé sur l'enregistrement inter-
américain des marques de fabrique,
et Acte final de la Conférence
panaméricaine des marques de
fabrique. Signés à Washington, le
20 février 1929.

UNITED STATES OF AMERICA,
BOLIVIA, BRAZIL,
CHILE, COLOMBIA, etc.,

General Inter-American Convention
for Trade Mark and Commercial
Protection, with Protocol on the
Inter-American Registration of
Trade-Marks, and Final Act of the
Pan American Trade Mark Confe-
rence. Signed at Washington, Fe-
bruary 20, 1929.

TEXTE PORTUGAIS. - PORTUGUESE TEXT

Nº 2840. — CONVENÇÃO¹ GERAL INTER-AMERICANA DE PROTECÇÃO DE MARCAS DE FABRICA E PROTECÇÃO COMMERCIAL. ASSINADA EM WASHINGTON, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1929.

Nº 2840. — CONVENTION¹ GÉNÉRALE INTERAMÉRICAINNE POUR LA PROTECTION DES MARQUES DE FABRIQUE ET COMMERCIALE. SIGNÉE A WASHINGTON, LE 20 FÉVRIER 1929.

Spanish, English, Portuguese and French official texts communicated by the Under-Secretary of State for Foreign Affairs of the Republic of Cuba. The registration of this Convention took place October 31, 1931.

This Convention was transmitted to the Secretariat by the Department of State of the Government of the United States of America, May 28, 1931.

OS GOVERNOS DO PERÚ, BOLIVIA, PARAGUAY, EQUADOR, URUGUAY, REPUBLICA DOMINICANA, CHILE, PANAMÁ, VENEZUELA, COSTA RICA, CUBA, GUATEMALA, HAITI, COLOMBIA, BRASIL, MEXICO, NICARAGUA, HONDURAS e DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, representados na Conferencia Pan-Americana de Marcas de Fabrica em Washington, de accordo com os termos da resolução adoptada a 15 de fevereiro de 1928, na Sexta Conferencia Internacional Americana em Havana e a resolução de 2 de maio de 1928, aprovada pelo Conselho Director da União Pan-Americana em Washington.

Considerando que se torna necessaria a revisão da « Convenção para a Protecção das Marcas de Fabrica, Commercio e Agricultura e de Nomes Commercias » firmada em Santiago do Chile a 28 de abril de 1923, que substituiu a « Convenção

LES GOUVERNEMENTS DU PÉROU, DE BOLIVIE, DE PARAGUAY, DE L'ÉQUATEUR, DE L'URUGUAY, DE LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE, DU CHILI, DE PANAMA, DE VENEZUELA, DE COSTA-RICA, DE CUBA, DE GUATÉMALA, DE HAÏTI, DE COLOMBIE, DU BRÉSIL, DU MEXIQUE, DE NICARAGUA, DE HONDURAS et DES ÉTATS-UNIS représentés à la Conférence panaméricaine des Marques de fabrique tenue à Washington, conformément aux termes de la résolution adoptée le 15 février 1928 à la sixième Conférence des Etats américains de La Havane, et de la résolution du 2 mai 1928 adoptée par le Conseil d'Administration de l'Union Panaméricaine à Washington ;

Considérant qu'il est nécessaire de reviser la « Convention pour la Protection des Marques de fabrique commerciales, industrielles et agricoles et des Dénominations commerciales », signée à Santiago, Chili, le 28 avril 1923, laquelle

¹ Deposit of ratifications :

GUATEMALA	December 30, 1929.
CUBA	April 2, 1930.
UNITED STATES OF AMERICA	February 17, 1931.

para a Protecção de Marcas de Fabrica » assignada em Buenos Aires ¹ a 20 de agosto de 1910, com o fim de nella se introduzirem as reformas que o desenvolvimento da lei e da pratica tem tornado desejaveis ;

Animados do desejo de reconciliar os diferentes systemas juridicos que prevalecem nas diversas Republicas Americanas ; e

Convencidos da necessidade de emprehender este trabalho no seu sentido mais amplo, devidamente respeitadas as respectivas legislações nacionaes ;

Resolveram negociar a presente Convenção para a protecção das marcas de fabrica e nomes commerciaes e para a repressão da concorrência desleal e falsas indicações de origem geographica, e nesse intuito nomearam os seus respectivos delegados, que são os seguintes :

PERU :

Alfredo GONZÁLEZ-PRADA ;

BOLIVIA :

Emeterio CANO DE LA VEGA ;

PARAGUAY :

Juan V. RAMÍREZ ;

EQUADOR :

Gonzalo ZALDUMBIDE ;

URUGUAY :

J. VARELA ACEVEDO ;

REPUBLICA DOMINICANA :

Francisco DE MOYA ;

CHILE :

Oscar BLANCO VIEL ;

PANAMÁ :

Ricardo J. ALFARO ;

Juan B. CHEVALIER ;

VENEZUELA :

Pedro R. RINCONES ;

COSTA-RICA :

Manual CASTRO QUESADA ;

Fernando E. PIZA ;

reemplaça la « Convention pour la protection des Marques de fabrique » signée à Buenos Ayres ¹ le 20 août 1910, dans le but d'y introduire les réformes que le développement du droit et la coutume ont rendu nécessaires ;

Animés du désir de réconcilier les différents systèmes juridiques qui existent dans les diverses Républiques américaines ; et

Convaincus qu'il importe de donner à cette œuvre une portée aussi large que le permettent les conditions actuelles, tout en respectant les législations nationales respectives,

Ont résolu de conclure la présente convention pour la protection des marques de fabrique, du nom commercial et pour la répression de la concurrence déloyale et des fausses indications géographiques d'origine et, dans ce but, ont nommé leurs délégués respectifs, à savoir :

PÉROU :

Alfredo GONZÁLEZ-PRADA ;

BOLIVIE :

Emeterio CANO DE LA VEGA ;

PARAGUAY :

Juan V. RAMÍREZ ;

EQUATEUR :

Gonzalo ZALDUMBIDE ;

URUGUAY :

J. VARELA ACEVEDO ;

RÉPUBLIQUE DOMINICAINE :

Francisco DE MOYA ;

CHILI :

Oscar BLANCO VIEL ;

PANAMA :

Ricardo J. ALFARO ;

Juan B. CHEVALIER ;

VENEZUELA :

Pedro R. RINCONES ;

COSTA RICA :

Manuel Castro QUESADA ;

Fernando E. PIZA ;

¹ *British and Foreign State Papers*, Vol. 108, page 394.

CUBA :

Gustavo GUTIÉRRES ;
Alfredo BUFILL ;

GUATEMALA :

Adrián RECINOS ;
Ramiro FERNÁNDEZ ;

HAÏTI :

Raoul LIZAIRE ;

COLOMBIA :

Roberto BOTERO ESCOBAR ;
Pablo GARCÍA DE LA PARRA ;

BRASIL :

Carlos DELGADO DE CARVALHO ;

MEXICO :

Francisco SUÁSTEGUI ;

NICARAGUA :

Vicente VITA ;

HONDURAS :

Carlos IZAGUIRRE V. ;

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA :

Francis WHITE ;
Thomas E. ROBERTSON ;
Edward S. ROGERS.

Os quaes, depois de terem depositado as suas credenciaes, que foram achadas em boa e devida forma pela Conferencia, concordaram no seguinte :

CAPITULO I.

EGUALDADE DE NACIONAES E EXTRANGEIROS NO QUE DIZ RESPEITO Á PROTECÇÃO DE MARCAS DE FABRICA E Á PROTECÇÃO COMMERCIAL.

Artigo I.

Os Estados Contractantes se obrigam a outorgar aos nacionaes dos outros Estados Contractantes e a estrangeiros domiciliados que possuam um estabelecimento fabril ou desenvolvimento agricola em qualquer dos Estados que tenham ratificado ou adherido á presente Convenção, os mesmos direitos e os mesmos recursos que as suas leis concedem

CUBA :

Gustavo GUTIÉRRES ;
Alfredo BUFILL ;

GUATÉMALA :

Adrián RECINOS ;
Ramiro FERNÁNDEZ ;

HAÏTI :

Raoul LIZAIRE ;

COLOMBIE :

Roberto BOTERO ESCOBAR ;
Pablo GARCÍA DE LA PARRA ;

BRÉSIL :

Carlos DELGADO DE CARVALHO ;

MEXIQUE :

Francisco SUÁSTEGUI ;

NICARAGUA :

Vicente VITA ;

HONDURAS :

Carlos IZAGUIRRE V. ;

ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE :

Francis WHITE ;
Thomas E. ROBERTSON ;
Edward S. ROGERS ;

Lesquels, après avoir déposé leurs lettres de créances qui ont été reconnues en bonne et due forme par la Conférence, ont convenu de ce qui suit :

CHAPITRE PREMIER

ÉGALITÉ DES NATIONAUX ET DES ÉTRANGERS DANS LA PROTECTION DES MARQUES DE FABRIQUE ET COMMERCIALE.

Article premier.

Les Etats contractants s'engagent à accorder aux nationaux des autres Etats contractants, ainsi qu'aux étrangers domiciliés qui possèdent un établissement industriel ou commercial, ou une entreprise agricole dans l'un quelconque des Etats qui ont ratifié la présente convention ou qui y ont adhéré, les mêmes droits et recours que leurs propres lois octroient à leurs propres

aos seus próprios nacionaes ou pessoas domiciliadas no respeito a marcas de fabrica, nomes commerciaes, e a repressão de concorrência desleal e falsas indicações de origem ou procedencia geographica.

nationaux ou résidents en ce qui concerne marques de fabrique commerciales ou agricoles, la protection du nom commercial, la répression de toute concurrence déloyale et les fausses indications géographiques d'origine ou de provenance.

CAPITULO II.

PROTECÇÃO DAS MARCAS DE FABRICA.

Artigo 2.

A pessoa que desejar obter protecção para as suas marcas em um paiz que não seja o seu proprio paiz, no qual estiver em vigor esta Convenção, poderá obter tal protecção ou mediante pedido feito directamente á correspondente repartição do Estado em que pretenda obter a referida protecção ou por intermedio da Secretaria Inter-Americana de Marcas de Fabrica referida no Protocollo sobre o Registo Inter-Americano de Marcas de Fabrica, com tanto que esse Protocollo tenha sido aceito pelo seu paiz e pelo paiz no qual deseje protecção.

Artigo 3.

Toda a marca devidamente registrada ou legalmente protegida em um dos Estados Contractantes será admittida a registro ou deposito o legalmente protegida nos outros Estados Contractantes, mediante cumprimento das disposições formaes da lei nacional dos mesmos Estados.

O registro ou o deposito poderá ser recusado ou cancellado no caso das marcas :

1. Cujos elementos distinctivos infrinjam direitos previamente adquiridos por outrem no paiz em que se requer registro ou deposito.

2. Nas quaes faltar qualquer caracter distinctivo ou que consistirem exclusivamente em palavras, symbolos, ou signaes destinados no commercio a designar a classe, natureza, qualidade, quantidade, uso, valor, logar de origem dos productos, epoca de producção ou que sejam ou tenham chegado a ser na occasião do pedido de registro ou deposito, termos genericos ou comuns da linguagem corrente ou do uso commercial do paiz em que se requer registro ou

CHAPITRE II

PROTECTION DES MARQUES DE FABRIQUE.

Article 2.

Toute personne qui désire obtenir la protection de ses marques dans un pays autre que le sien, dans lequel la convention est en vigueur, peut l'obtenir en s'adressant soit directement au service correspondant de l'Etat dans lequel il désire obtenir cette protection, soit par l'intermédiaire du Bureau interaméricain des Marques de fabrique auquel se réfère le protocole annexe, si ce protocole a été accepté par son pays aussi bien que par le pays dans lequel il demande protection.

Article 3.

Toute marque dûment enregistrée et légalement protégée dans un des Etats contractants sera admise à l'enregistrement ou au dépôt et légalement protégée dans les autres Etats contractants en se conformant aux prescriptions y relatives de la législation de ces Etats.

L'enregistrement ou le dépôt peut être refusé ou annulé pour les marques :

1. Dont les éléments distinctifs enfreignent les droits déjà acquis par une autre personne dans le pays où la protection est demandée.

2. Qui sont dépourvus de tout caractère distinctif ou qui consistent exclusivement en termes, symboles ou signes qui servent dans le commerce à désigner l'espèce, le genre, la qualité, la quantité l'usage, le lieu d'origine des produits, l'époque de production, ou qui sont ou sont devenus au moment de la demande d'enregistrement ou de dépôt des termes génériques ou usuels soit dans le langage courant, soit dans la pratique commerciale du pays où l'on demande la pro-

deposito, ou quando o proprietario da marca pretender apropriar-as como elemento distinctivo de sua marca.

No determinar o caracter distinctivo de uma marca, devem-se tomar em conta todas as circunstancias existentes, principalmente o prazo de duração do uso da marca e se de facto tenha adquirido no paiz em que se solicite deposito, registro ou protecção, a significação distinctiva das mercadorias do registrante.

3. Que offenderem a moral publica ou que forem contrarias á ordem publica.

4. Que tenderem a expor ao ridiculo ou ao desprezo pessoas, instituições, crenças, symbolos nacionaes ou de associações de interesse publico.

5. Que contiverem representações de typos raciaes ou vistas typicas ou characteristics de qualquer dos Estados Contractantes além do de origem da marca.

6. Que tiverem como elemento distinctivo principal, phrases, nomes, ou lemas que constituam, ou, na sua totalidade ou em uma parte essencial e caracteristica, o nome pertencente a outra pessoa occupada em qualquer dos outros Estados Contractantes no fabrico, negocio ou produção de artigos ou mercadorias da mesma especie que aquellas ás quaes se applica a marca.

Artigo 4.

Os Estados Contractantes concordam em recusar o registro ou cancelar o registro e prohibir o uso sem autorização da competente autoridade, de marcas que tragam bandeiras nacionaes ou estadoaes e escudos de armas, sellos nacionaes ou estadoaes, desenhos tirados de moedas publicas e sellos do correio, rotulos officiaes, certificados ou sellos de garantia, ou qualquer insignia official ou simulação de qualquer dos supramencionados objectos.

Artigo 5.

Os rotulos, desenhos industriaes, divisas, letreiros, catalogos, ou annuncios usados para identificar ou annunciar mercadorias, receberão a mesma protecção que a outorgada a marcas de fabrica em paizes onde são consideradas como

tection ou le dépôt lorsque le propriétaire des marques cherche à se les approprier comme éléments distinctifs de ses marques.

Pour déterminer le caractère distinctif d'une marque, il y a lieu de tenir compte de toutes les circonstances existantes, particulièrement de la durée de l'usage de la marque et de la question de savoir si en fait elle a acquis dans le pays où il en est demandé dépôt, l'enregistrement ou protection une signification distinctive des marchandises du requérant.

3. Qui offensent la morale publique ou qui peuvent être contraires à l'ordre public.

4. Qui ridiculisent ou tendent à ridiculiser les personnes, les institutions, les croyances ou les emblèmes religieux ou nationaux ou les associations d'intérêt public.

5. Qui comportent des gravures représentant des types de races ou de scènes typiques ou caractéristiques de l'un des Etats contractants autres que de celui dont la marque est originaire.

6. Qui ont comme élément distinctif principal des phrases, noms ou devises qui constituent le nom commercial ou une de ses parties essentielles ou caractéristiques appartenant à une personne qui se livre, dans un des autres Etats contractants à la fabrication, au commerce ou à la production des articles ou marchandises de la même catégorie que ceux auxquels s'applique la marque.

Article 4.

Les Etats contractants conviennent de refuser ou de cancelar l'enregistrement et d'interdire l'usage, sans l'autorisation des autorités compétentes, de marques qui comportent des drapeaux et armoiries nationaux ou d'Etats, les sceaux nationaux ou d'Etats, les motifs des pièces de monnaies ou des timbres-poste, les sceaux officiels, certificats ou sceaux officiels de légalisation, ou tout autre insigne officiel national ou d'Etat ainsi que leurs imitations.

Article 5.

Les étiquettes, devises, dessins industriels, imprimés, catalogues ou réclames employés pour identifier ou pour faire connaître les marchandises recevront la même protection que celle accordée aux marques de fabriquer dans les pays

taes, mediante cumprimento das exigencias da lei nacional de marcas de fabrica.

Artigo 6.

Os Estados Contractantes concordam em admitter a registro ou deposito e a proteger as marcas collectivas e marcas de associações cuja existencia não fôr contraria ás leis do paiz de origem, mesmo quando taes collectividades não possuam um estabelecimento fabril, industrial, commercial ou agricola.

Cada paiz determinará as condições particulares debaixo das quaes as marcas das referidas collectividades possam ser protegidas.

Os Estados, as Provincias ou as Municipalidades, no seu caracter de corporações, podem possuir, usar, registrar ou depositar marcas e nessa capacidade gozarão dos beneficios desta Convenção

Artigo 7.

Qualquer dono de uma marca protegida em um dos Estados Contractantes na conformidade de sua legislação interior, que souber que outra pessoa esteja usando ou procurando registrar ou depositar uma marca interferente em qualquer outro Estado Contractante, terá o direito de se oppor ao uso, registro ou deposito da mesma e terá o direito de empregar todos os meios legais, processos, ou recursos de que dispõe o paiz no qual a dita marca esteja sendo usada ou em que esteja sendo requerido o seu registro ou deposito, e, mediante prova que a referida pessoa que estiver usando ou procurando registrar ou depositar a marca, sabia da existencia e uso continuo em qualquer dos Estados Contractantes da marca sobre a qual se baseia a opposição, e sabia que se achava applicada a productos e mercadorias da mesma classe, o reclamante poderá requerer para si o direito preferencial de usar tal marca no paiz em que se levanta a opposição, ou prioridade para registrar ou depositar a no referido paiz, com tanto que elle preencha as formalidades exigidas pela legislação interior de tal paiz e desta Convenção.

Artigo 8.

Quando o proprietario de uma marca requerer o registro ou o deposito da marca em um Estado

où ils sont considérés comme tels en se conformant aux prescriptions de la loi nationale sur les marques de fabrique.

Article 6.

Les Etats contractants s'engagent à accepter à l'enregistrement ou au dépôt et à protéger les marques collectives ou d'associations dont l'existence n'est pas contraire aux lois du pays d'origine, même lorsque lesdites associations ne possèdent aucune manufacture ou établissement industriel, commercial ou agricole.

Chaque pays déterminera les conditions particulières suivant lesquelles ces marques pourront être protégées.

Les Etats, provinces ou municipalités, en tant que personnes juridiques, peuvent posséder, employer, enregistrer ou déposer des marques et jouir ainsi des bénéfices de la présente convention.

Article 7.

Tout propriétaire d'une marque légalement protégée dans l'un des Etats contractants conformément à la législation nationale, qui a connaissance qu'une autre personne fait usage ou cherche à enregistrer ou à déposer une marque faisant double emploi avec la sienne dans tout autre Etat contractant, aura le droit de s'opposer à un tel usage, enregistrement, ou dépôt, et celui d'employer tous les moyens légaux de procédure ou de recours prévus dans le pays où la marque délictueuse est en usage, ou dans le pays où l'enregistrement ou le dépôt en est recherché. Sur la preuve que la personne qui en a fait usage ou qui en recherche l'enregistrement ou le dépôt avait connaissance de l'existence et de l'usage constant dans un des Etats contractants de la marque qui sert de base à l'opposition et pour des marchandises de même espèce, l'opposant pourra réclamer pour lui-même le droit d'user exclusivement et par préférence d'une pareille marque dans le pays où l'opposition est produite ou encore la priorité d'enregistrement ou de dépôt dans ledit pays en se conformant aux prescriptions de la législation nationale de ce pays et à celles de la présente convention.

Article 8.

Lorsque le propriétaire d'une marque recherche l'enregistrement ou le dépôt de sa marque

Contractante diverso do de origem da marca, e tal registro ou deposito lhe fôr negado por causa da existencia de um registro ou deposito previo de uma marca interferente, elle terá o direito de solicitar e obter o cancellamento ou revogação do registro ou deposito, caso provar de accordo com os processos legaes do paiz em que procura o cancellamento, as estipulações do Paragrapho (a) e as do Paragraphos (b) ou (c) abaixo referidos :

(a) Que elle se achava no goso da protecção legal de sua marca em um dos Estados Contractantes anteriormente á data em que foi pedido o registro ou deposito que elle procura annular ; e

(b) que o proprietario da marca interferente cuja cancellamento se procura, tinha conhecimento do uso, emprego, registro, ou deposito em qualquer dos Estados Contractantes da marca para os mesmos productos ou mercadorias aos quaes se acha especificamente applicada a referida marca interferente, anteriormente á adopção e uso da mesma ou anteriormente ao pedido de registro ou deposito da marca que se trata de cancellar ; ou

(c) que o proprietario da marca, o qual procura revogação baseada em um direito previo de propriedade e uso da mesma, tenha negociado ou negocie com ou dentro do paiz em que se procura revogação e que productos ou mercadorias designados com sua marca tenha circulado e circulem no referido paiz a partir de uma data previa á do pedido de registro ou deposito da marca que se trata de revogar, ou previamente á adopção e uso da mesma.

Artigo 9.

Quando a recusa de registro ou deposito de uma marca se basear sobre registro previamente effectuado de accordo com esta Convenção, o dono da marca recusada terá o direito de requerer e obter o cancellamento da marca previamente registrada ou depositada, caso provar, de accordo com o procedimento legal do paiz em que procurar obter registro ou deposito da sua marca, que o registrante da marca que elle procura cancellar abandonou-a. O prazo dentro do qual uma marca poderá ser declarada abandonada por falta de uso será determinado pela lei interna de cada paiz, e se não houver disposição

No. 2840

dans un Etat contractant autre que l'Etat d'origine de ladite marque, et que cet enregistrement ou dépôt lui est refusé parce qu'il y a eu déjà enregistrement ou dépôt d'une marque avec laquelle sa marque fait double emploi, il aura le droit de demander et d'obtenir cancellation ou annulation de ladite marque en faisant la preuve dans les formes de la procédure légale du pays dans lequel la cancellation est poursuivie :

a) Qu'il jouissait de la protection légale pour sa marque antérieurement à la date de l'enregistrement ou du dépôt de celle dont il poursuit la cancellation ; et

b) Que le propriétaire de la marque dont la cancellation est poursuivie avait connaissance de l'usage, emploi, enregistrement ou dépôt dans l'un quelconque des Etats contractants de la marque sur laquelle se fonde l'action en nullité pour des articles ou produits de la même espèce que ceux auxquels la marque incriminée s'applique antérieurement à l'adoption ou l'usage de celle-ci ou antérieurement à la présentation de sa demande pour l'enregistrement ou le dépôt de cette marque incriminée ; ou

c) Que le propriétaire de la marque qui poursuit la cancellation sur la base d'un droit antérieur à l'approbation et usage de cette marque a commercé ou commerce avec ou dans le pays dans lequel la cancellation est poursuivie ; et que les marchandises désignées par sa marque ont circulé ou circulent dans ledit pays depuis une date antérieure à la présentation de la demande d'application de la marque incriminée et antérieurement à l'adoption et l'usage de celle-ci.

Article 9.

Lorsque le refus d'enregistrement ou de dépôt d'une marque est basé sur un enregistrement déjà effectué conformément à cette convention, le propriétaire de la marque refusée aura le droit de requérir et d'obtenir la cancellation de la marque déjà enregistrée ou déposée, en prouvant, conformément à la procédure légale du pays dans lequel il s'efforce d'obtenir l'enregistrement ou le dépôt de sa marque, que le titulaire de la marque enregistrée qu'il désire faire canceller l'a abandonnée. Le délai après lequel une marque peut être déclarée abandonnée faute d'usage sera déterminée par la loi nationale

na lei interna, o periodo será de dois annos e um dia a partir da data de registro ou deposito se a marca não tiver nunca sido usada, ou um anno e um dia se o abandono ou a falta de uso teve logar depois de ter sido usada a marca.

Artigo 10.

O periodo de protecção outorgado a marcas registradas, depositadas ou renovadas de accordo com esta Convenção será o periodo estabelecido pelas leis do Estado de registro, deposito ou renovação, na epoca em que se effectuar.

Uma vez effectuado o registro ou deposito de uma marca em um Estado Contractante, cada um desses registros ou depositos existirá independentemente de qualquer outro e não será affectado pelas mudanças que ocorrerem no registro ou deposito de taes marcas em outros Estados Contractantes, salvo outras disposições da legislação interna.

Artigo 11.

A transferencia da posse de uma marca registrada ou depositada no paiz do seu registro original vigorará e será reconhecida nos outros Estados Contractantes, comtanto que sejam fornecidas provas sufficientes de que tal transferencia foi executada e registrada de accordo com a lei interna do Estado em que se tenha effectuado a transferencia. Tal transferencia será annotada de accordo com a legislação do paiz em que deverá vigorar.

O uso e a exploração das marcas de fabrica poderão ser transferidos separadamente em cada paiz, e tal transferencia será registrada mediante provas cabaes de ter sido tal transferencia executada de accordo com a lei interna do Estado em que se tiver effectuado a transferencia. A referida transferencia será annotada de accordo com a legislação do paiz em que tiver de vigorar.

Artigo 12.

Qualquer registro ou deposito que se tenha effectuado em um dos Estados Contractantes, ou

de chaque pays, et s'il n'existe aucune disposition dans la loi nationale, cette période sera de deux ans et un jour à partir de la date d'enregistrement ou de dépôt si la marque n'a jamais été utilisée, ou un an et un jour si l'abandon ou le manque d'usage a eu lieu après que la marque a été utilisée.

Article 10.

La durée de protection accordée aux marques enregistrées, déposées ou renouvelées conformément aux termes de cette convention sera celle fixée par la loi de l'Etat dans lequel l'enregistrement, le dépôt ou le renouvellement est effectué au moment où il est effectué.

Une fois que l'enregistrement ou le dépôt d'une marque dans un Etat contractant a été effectué, chacun de ces enregistrements ou dépôts existera indépendamment de tout autre et ne sera aucunement affecté par les changements qui peuvent se produire dans l'enregistrement ou le dépôt de telles marques dans d'autres Etats contractants, à moins que la loi nationale en dispose autrement.

Article 11.

Le transfert de la propriété d'une marque enregistrée ou déposée dans le pays de son enregistrement original sera effectif et sera reconnu dans les autres Etats contractants pourvu qu'une preuve digne de foi soit produite que ledit transfert a été effectué et enregistré conformément à la loi nationale de l'Etat dans lequel le transfert a eu lieu. Ce transfert sera constaté conformément à la législation du pays dans lequel il doit être effectif.

L'usage et l'exploitation des marques de fabrique peut être transféré séparément pour chaque pays, et le transfert sera enregistré sur la production de la preuve digne de foi que cet enregistrement a bien été effectué conformément à la loi nationale de l'Etat dans lequel il a eu lieu. Ce transfert sera constaté conformément à la législation du pays dans lequel il doit être effectif.

Article 12.

Tout enregistrement ou dépôt qui a été effectué dans l'un des Etats contractants, ou toute

qualquer pedido de registro ou deposito pendente, feito por um agente, representante ou freguez do dono de uma marca sobre a qual tenha sido adquirido um direito previo em outros Estados Contractantes mediante registro, pedido ou uso previo, dará ao dono original o direito de requerer a sua revogação ou denegação de accordo com as disposições desta Convenção e requerer e obter protecção para si, considerando-se que tal protecção reverterá á data do pedido da marca denegada ou cancellada.

Artigo 13.

O uso de uma marca pela seu dono em uma forma que apresente differenças nos elementos secundarios ou não essenciaes da forma em que a marca tenha sido registrada em qualquer dos Estados Contractantes, não prejudicará o registro nem affectará a protecção da marca.

Caso a forma ou os elementos distinctivos sejam substancialmente alterados, ou a lista de mercadorias aos quaes se applicar fôr modificada ou augmentada, o proprietario da marca poderá ser obrigado a requerer novo registro, sem projuizo da marca original ou no que respeita á lista original de mercadorias.

As exigencias das leis dos Estados Contractantes relativas aos dizeres que indicam a autoidade para o uso de marcas de fabrica, serão consideradas satisfeitas com respeito a mercadorias de origem estrangeira, desde que taes marcas tragam as palavras ou as indicações legalmente usados ou cujo uso seja exigido no paiz de origem das mercadorias.

CAPITULO III.

PROTECÇÃO DE NOMES COMMERCIAES.

Artigo 14.

Os nomes commerciaes com direito aos beneficios desta Convenção serão protegidos em todos os Estados Contractantes. Gozarão desta protecção sem necessidade de deposito ou registro, quer o nome faça parte de uma marca de fabrica quer não.

demande pendante d'enregistrement ou de dépôt faite par un agent, représentant ou client du propriétaire d'une marque qui a acquis droit de protection dans un autre Etat contractant par l'enregistrement, demande d'enregistrement ou usage antérieur, donnera à ce propriétaire le droit de demander cancellation ou refus de la marque ainsi présentée conformément aux dispositions de cette convention, ainsi que de demander et d'obtenir la protection pour lui-même ; cette protection étant considérée comme reportée rétroactivement à la date de la demande ainsi rejetée ou cancellée.

Article 13.

L'usage d'une marque de fabrique par son propriétaire sous une forme comportant des variantes d'éléments secondaires ou non substantiels de la forme sous laquelle elle a été enregistrée, n'entraînera pas l'annulation de l'enregistrement ni n'affectera pas la protection de la marque.

Au cas où la forme ou éléments distinctifs de la marque sont substantiellement changés, ou que la liste des marchandises auxquelles elle doit s'appliquer est modifiée ou augmentée, le propriétaire de la marque peut être invité à faire une demande pour un nouvel enregistrement, sans préjudice de la protection de la marque originale, ou quant à la liste originale de produits.

Les prescriptions établies par la loi des Etats contractants quant à la formule qui indique le droit à l'usage des marques de fabrique seront considérées comme remplies en ce qui concerne les marchandises d'origine étrangère si ces marques portent les mots ou indications légalement employés ou exigés dans le pays d'origine de ces marchandises.

CHAPITRE III

PROTECTION DU NOM COMMERCIAL.

Article 14.

Le nom commercial de personnes ou de sociétés civiles établies ou domiciliées dans l'un quelconque des Etats contractants sera protégé dans tous les autres sans qu'il soit besoin d'enregistrement ou de dépôt, que ce nom commercial forme partie ou non de la marque de fabrique.

Artigo 15.

Os nomes de um individuo, sobrenomes e nomes commerciaes usados por fabricantes, industriaes, negociantes ou agricultores para indicar o seu negocio ou officio, assim como o nome da firma, o nome ou titulo legalmente adoptado e usado por associações, corporações, companhias ou entidades fabris, industriaes, commerciaes ou agricolas de accordo com as disposições das respectivas leis nacionaes, serão considerados como sendo nomes commerciaes.

Artigo 16.

A protecção que esta Convenção outorga aos nomes commerciaes será :

(a) prohibir o uso ou adopção de um nome commercial identico ou enganosamente semelhante ao legalmente adoptado e previamente usado por outrem occupado no mesmo negocio em qualquer dos Estados Contractantes ; e

(b) prohibir o uso, registro ou deposito de uma marca de fabrica cujos elementos distinctivos sejam formados, no todo ou em uma parte essencial, de um nome legalmente adoptado e previamente usado por outro proprietario domiciliado ou estabelecido em qualquer dos Estados Contractantes, occupado na fabricação, venda ou produção de productos ou mercadorias da mesma classe que aquelles aos quaes se destina a marca.

Artigo 17.

Qualquer fabricante, industrial, negociante ou agricultor domiciliado ou estabelecido em qualquer dos Estados Contractantes, poderá de accordo com a lei e o procedimento legal de taes paizes, se oppor á adopção, uso, registro ou deposito de uma marca para productos ou mercadorias da mesma classe que as vendidas sob o seu nome commercial, quando julgar que tal marca ou a inclusão nella de um nome commercial ou simulação do mesmo, possa conduzir a erro ou confusão no espirito do consumidor relativamente ao referido nome legalmente adoptado e previamente usado.

Article 15.

Les noms d'un individu, noms de famille et raison sociale employés par les fabricants, industriels, commerçants ou agriculteurs pour désigner leur commerce ou leur industrie, aussi bien que le nom de leur firme, le nom ou titre légalement adopté et utilisé par les associations, corporations, compagnies ou sociétés civiles ou manufacturières, industrielles, commerciales ou agricoles, conformes aux dispositions des lois nationales respectives, seront considérés comme nom commercial.

Article 16.

La protection que la présente convention accordé au nom commercial consistera :

a) Dans la prohibition de faire usage ou d'adopter un nom commercial identique ou d'une similitude pouvant prêter à confusion avec celle adoptée et antérieurement employée par quelqu'un d'autre engagé dans le même genre d'affaires dans l'un quelconque des Etats contractants ; et

b) Dans la prohibition de l'usage, de l'enregistrement ou du dépôt d'une marque de fabrique dont les éléments distinctifs reproduisent tout, ou partie essentielle, d'un nom commercial légalement adopté et précédemment employé par un autre propriétaire domicilié ou établi dans l'un quelconque des Etats contractants, engagé dans la manufacture, la vente ou la production de produits ou marchandises du même genre que ceux auxquels la marque de fabrique est destinée.

Article 17.

Tout fabricant, industriel, commerçant ou agriculteur domicilié ou établi dans l'un quelconque des Etats contractants peut, en se conformant à la loi et à la procédure de ces pays, faire opposition à l'adoption, l'usage, l'enregistrement ou le dépôt d'une marque de fabrique pour des produits ou marchandises de la même espèce que celles qui se vendent sous son nom commercial, lorsqu'il estime que les éléments distinctifs d'une telle marque peuvent produire chez le consommateur erreur ou confusion avec tel nom commercial légalement acquis et antérieurement employé.

Artigo 18.

Qualquer fabricante, industrial, negociante ou agricultor, domiciliado ou estabelecido em qualquer dos Estados Contractantes, poderá, de accordo com a lei e as praxes do paiz em que correr o procedimento, pedir e obter ordem contra o uso de qualquer nome ou o cancelamento do registro ou deposito de qualquer marca, quando tal marca ou nome for destinado a ser empregado na fabricação, venda ou produção de artigos ou mercadorias da mesma classe, comtanto que prove :

(a) que o nome commercial ou marca de fabrica, cuja prohibição ou cancelamento se requer, é identico ou enganosamente semelhante ao seu nome commercial já legalmente adoptado e previamente usado em qualquer dos Estados Contractantes, na fabricação, venda, ou produção de artigos da mesma classe, e

(b) que anteriormente á adopção e uso do nome commercial ou á adopção e uso ou pedido de registro da marca de fabrica, cujo concellamento se requer, ou cujo uso se trata de prohibir, elle usava e continua a usar para o fabrico, venda ou produção dos mesmos productos ou mercadorias o seu nome commercial adoptado e previamente usado em qualquer dos Estados Contractantes ou no Estado em que se requer concellamento ou prohibição.

Artigo 19.

A protecção de nomes commerciaes será outorgada de accordo com a legislação interna e os termos desta Convenção, e em todos os casos em que o permittir a legislação interna, pelas competentes autoridades governamentaes ou administrativas, sempre que possuirem conhecimento ou provas cabaes da sua existencia e uso illegal ou então a pedido de qualquer parte interessada.

CAPITULO IV.

REPRESSÃO DA CONCORRENCIA DESLEAL.

Artigo 20.

Toda a acção ou acto contrario á boa fé ou ao desenvolvimento normal e honesto das

Article 18.

Tout manufacturier, industriel, commerçant, ou agriculteur domicilié ou établi dans l'un quelconque des Etats contractants peut demander et obtenir conformément aux dispositions légales du pays intéressé, la prohibition de l'usage ou la cancellation de l'enregistrement ou dépôt de tout nom commercial ou marque de fabrique lorsque ce nom ou cette marque est destiné à l'usage de la manufacture, pour la vente ou la production d'articles ou de marchandises de la même espèce, en prouvant :

a) Que le nom commercial ou la marque de fabrique dont la cancellation est poursuivie est identique ou d'une similitude pouvant prêter à confusion avec son nom commercial déjà légalement adopté et antérieurement employé dans l'un quelconque des Etats contractants, dans la manufacture, la vente ou la production d'articles de même espèce : et

b) Qu'antérieurement à l'adoption et à l'usage du nom commercial, ou à l'adoption et à l'usage ou à la demande d'enregistrement ou de dépôt de la marque de fabrique dont la cancellation est poursuivie, il faisait usage et continue à faire usage pour la manufacture, la vente ou la production des mêmes articles ou marchandises de son nom commercial adopté et antérieurement employé dans l'un quelconque des Etats contractants ou dans l'Etat dans lequel cette cancellation est poursuivie.

Article 19.

La protection du nom commercial sera accordée conformément à la législation nationale et aux termes de la présente convention, et dans tous les cas où la législation nationale le permet, soit par les autorités gouvernementales ou administratives compétentes, toutes les fois qu'elles auront connaissance ou acquis la preuve fondée de son existence et usage légal, soit à la requête de toute partie intéressée.

CHAPITRE IV

RÉPRESSION DE LA CONCORRENCÉ DÉLOYALE.

Article 20.

Tout acte ou fait contraire à la bonne foi commerciale ou au développement normal et

actividades industriaes ou commerciaes, será considerado como sendo concurrencia desleal e, portanto, injusto e prohibido.

Artigo 21.

Os seguintes actos são declarados actos de concurrencia desleal, e, a não ser que para os mesmos haja legislação effectiva em outras categorias de leis internas dos paizes contractantes, serão reprimidos de accordo com as disposições desta Convenção.

(a) Os actos destinados directa ou indirectamente a representar as mercadorias ou o negocio de um fabricante, industrial, negociante ou agricultor como sendo mercadorias ou negocio de outro fabricante, industrial, negociante ou agricultor de um dos outros Estados Contractantes, quer tal representação se effectue pela apropriação ou simulação de marcas de fabrica, symbolos, nomes distinctivos, a imitação de rotulos, envolveros, envolverios, nomes commerciaes, quer por outros meios de identificação ;

(b) O emprego de falsas descrições de mercadorias, por meio de palavras, symbolos e outros meios tendentes a enganar o publico no paiz em que se dão taes actos, com respeito á natureza, qualidade, ou utilidade das mercadorias ;

(c) Uso de falsas indicações da origem ou procedencia geographica das mercadorias, por meio de palavras ou outros symbolos que tendam neste sentido a enganar o publico no paiz em que taes actos se dão ;

(d) Vender, ou offerecer a venda ao publico um artigo, producto ou mercadoria de tal forma ou apparencia que, embora não traga uma indicação directa ou indirecta de origem, ou procedencia, dê ou produza por meio de estampas, ornamentos, ou linguagem empregada no texto, a impressão de ser um producto, artigo ou mercadoria originado, fabricado ou produzido em uma das Nações Contractantes ;

(e) Qualquer outra acção ou acto contrario á boa fé em materias industriaes, commerciaes e agricolas que, por causa de sua natureza ou fim, possa ser considerado como sendo analogo ou semelhante aos acima mencionados.

honorable d'activités industrielle ou commerciales sera considéré comme concurrence déloyale et, par suite, comme injuste et prohibé.

Article 21.

Les actes ci-dessous sont déclarés actes de concurrence déloyale et, à moins que la loi nationale des États contractants n'en traite ailleurs, ils seront réprimés conformément aux dispositions de la présente convention :

a) Les actes qui tendent à présenter directement ou indirectement les marchandises ou affaires d'un fabricant, d'un commerçant ou d'un agriculteur comme marchandises ou affaires d'un autre fabricant, commerçant ou agriculteur de l'un des États contractants, soit par l'appropriation ou la contrefaçon de marques de fabrique, de symboles, de dénominations distinctives, soit par l'imitation d'étiquettes, d'emballages, de dénominations commerciales ou d'autres moyens d'identification ;

b) L'emploi de fausses descriptions de marchandises, l'emploi de mots, symboles et autres moyens qui tendent à tromper le public dans le pays où ces actes ont lieu relativement à la nature, la qualité ou l'utilité des marchandises ;

c) L'emploi de fausses indications d'origine ou de provenance géographique des marchandises, à l'aide de mots ou autres symboles ou moyens qui tendent à cet égard à tromper le public du pays dans lequel ces faits se produisent ;

d) La vente ou la mise en vente publique d'un article, produit, ou marchandise d'une telle forme ou apparence que, bien qu'il ne porte pas directement ou indirectement une indication d'origine, ou de provenance déterminée, donne ou laisse l'impression, soit par les gravures, les motifs d'ornementation ou le langage employé dans le texte, d'être un produit, article ou marchandise, fabriqué ou produit dans l'un des États contractants, ou qui en soit originaire.

e) Tout autre fait ou acte contraire à la bonne foi en matière industrielle, commerciale ou agricole, qui par sa nature ou son objet peut être considéré comme analogo ou assimilable à ceux ci-dessus mentionnés.

Artigo 22.

Os Estados Contractantes que não tenham ainda decretado legislação sobre os actos de concorrência desleal mencionados neste artigo applicarão a taes actos as penas contidas na sua legislação sobre marcas de fabrica, ou em quaesquer outras leis e ordenarão a cessação dos referidos actos a pedido de qualquer parte prejudicada, que terá o direito de exigir das partes culpadas indemnização pelos damnos soffridos.

CAPITULO V.

REPRESSÃO DE FALSAS INDICAÇÕES DE ORIGEM
OU PROCEDENCIA GEOGRAPHICA*Artigo 23.*

Toda a indicaça o de origem ou procedencia geographica que não corresponder de facto ao logar em que o artigo, producto ou mercadoria foi fabricado, manufacturado, produzido ou colhido, será considerada fraudulenta e illegal, e, portanto, prohibida.

Artigo 24.

Para os fins desta Convenção, o logar de origem ou procedencia geographica será considerado como sendo indicado quando o nome geographico de uma determinada localidade, região, condado ou nação, quer expressamente e directamente, quer indirectamente, apparecer sobre qualquer marca de fabrica, rotulo, coberta, acondicionamento ou envolucro, de qualquer artigo producto ou mercadoria, directa ou indirectamente sobre a mesma, com tanto que tal nome geographico sirva como base ou motivo dominante das phrases, palavras ou expressões empregadas.

Artigo 25.

Os nomes geographicos indicativos de origem ou procedencia geographica não são susceptiveis de apropriação individual, e podem ser livremente usados pelo fabricante, industrial, negociante ou agricultor estabelecido no logar indicado ou negociando com productos que ahi se

Article 22.

Les Etats contractants qui n'auraient encore établi aucune législation pour la répression des actes de concurrence déloyale mentionnés dans ce chapitre appliqueront à ces actes les sanctions prévues dans leur législation sur les marques de fabrique ou par toute autre loi, et ordonneront la cessation de ces actes sur requête des parties lésées. L'auteur du préjudice causé sera également passible d'une condamnation en dommages intérêts pour les torts occasionnés.

CHAPITRE V

RÉPRESSION DE FAUSSES INDICATIONS
D'ORIGINE ET DE PROVENANCE GÉOGRAPHIQUE.*Article 23.*

Toute indication d'origine ou de provenance qui ne correspond pas exactement au lieu où l'article, le produit, ou la marchandise a été fabriqué, obtenu ou récolté sera considérée comme frauduleuse et illégale, et par conséquent prohibée.

Article 24.

Dans l'intention de cette convention le lieu d'origine ou de provenance sera considéré comme indiqué lorsque le nom géographique d'une localité, d'une région, d'un pays ou d'une nation déterminée figure soit expressément et directement, soit indirectement sur toute marque de fabrique, l'étiquette, couvercle, emballage, enveloppe, etc., de tout article, produit, ou de toute marchandise, ou directement sur ceux-ci, pourvu que lesdits noms géographiques servent de base ou d'élément dominant aux phrases, mots ou expressions employés.

Article 25.

Les noms géographiques indiquant l'origine ou la provenance géographique ne sont pas susceptibles d'appropriation individuelle, et peuvent être employés librement pour indiquer l'origine ou la provenance des produits ou marchandises, ou le domicile commercial de tout fabricant,

originem para indicar a origem de productos ou mercadorias ou o seu domicilio.

Artigo 26.

A indicação do lugar de origem, ou procedencia geographica, appensa ou carimbada sobre o artigo, producto ou mercadoria deve corresponder exactamente ao lugar em que o referido artigo ou mercadoria tenha sido fabricado, manufacturado ou colhido.

Artigo 27.

Os nomes, phrases ou palavras, que constituam no todo ou em parte termos geographicos, que, mediante uso constante, universal, e honroso no commercio tenham chegado a formar o nome ou a propria designação do artigo, producto ou mercadoria ao qual se applicam, são isentos das disposições conditas nos artigos anteriores ; esta excepção, entretanto, não inclue indicações regionaes de origem de productos industriaes ou agricolas cuja qualidade e reputação não dependam para o consumidor do lugar de producção ou origem.

Artigo 28.

Na ausencia de quaesquer recursos especiaes que assegurem a repressão de falsas indicações de origem ou procedencia geographica, serão applicaveis nos Estados contractantes os recursos providos pelas leis sanitarias, as leis que tratem da fabrica ou nomes commerciaes.

CAPITULO VI.

RECURSOS.

Artigo 29.

É prohibida a fabricação, exportação, importação, distribuição, ou venda dos artigos ou productos que directa ou indirectamente infringam qualquer das provisões desta Convenção no respeito á protecção de marcas de fabrica, protecção e salvaguarda de nomes commerciaes, repressão de concurrencia desleal, e repressão de falsas indicações de origem ou procedencia geographica.

industriel, commerçant ou agriculteur établi sur le lieu indiqué ou trafiquant de produits qui en sont originaires.

Article 26.

L'indication du lieu d'origine ou de provenance géographique attachée ou apposée sur l'article, produit ou marchandise doit correspondre exactement au lieu dans lequel ledit article ou marchandise a été fabriqué, manufacturé ou récolté.

Article 27.

Les noms, phrases ou mots constituant en tout ou partie en des termes géographiques qui par suite d'un usage constant général et connu qui en est fait dans le commerce en sont venus à constituer le nom ou la désignation même de l'article, produit ou marchandise auquel ils sont appliqués sont exempts des dispositions des articles précédents ; cette exception toutefois n'inclut pas les indications de régions d'origine de produits industriels ou agricoles, dont la qualité et la valeur dépendent, aux yeux du public consommateur, du lieu de production ou d'origine.

Article 28.

Faute de dispositions spéciales qui assurent la répression de fausses indications d'origine ou de provenance géographique, les sanctions prévues par les lois sanitaires nationales ou les lois relatives aux marques de fabrique ou au nom commercial seront applicables dans les Etats contractants.

CHAPITRE VI

SANCTIONS.

Article 29.

Est prohibée : la fabrication, l'exportation, l'importation, la distribution, ou la vente d'articles ou produits qui, directement ou indirectement, enfreignent l'une des dispositions de cette convention en ce qui concerne la protection des marques de fabrique, la protection et la sauvegarde du nom commercial, la répression de la concurrence déloyale et la répression des fausses indications d'origine, ou de provenance géographique.

Artigo 30.

Qualquer acto prohibido por esta Convenção será reprimido pelas competentes autoridades judiciaes do governo do paiz em que tenha sido cometida a offensa, pelos methodos e processos legaes existentes no referido paiz, quer mediante actuação official quer a pedido das partes interessadas, que poderão se valer dos direitos e dos recursos proporcionados pelas leis, com o fim de obter indemnização pelo damno ou perda soffridos ; os artigos, productos ou mercadorias ou as suas marcas que sejam a causa do acto de concurrencia desleal, serão sujeitos a apprehensão ou serão obliteradas as marcações offensivas, conforme as exigencias do caso.

Artigo 31.

Qualquer fabricante, industrial, negociante ou agricultor interessado na producção, fabricaçào ou commercio de artigos affectados por qualquer acção ou acto prohibido, assim como os seus agentes ou representantes em qualquer dos Estados Contractantes e os funcionarios consulares do Estado ao qual pertencer a localidade ou região falsamente indicada como logar de origem, ou procedencia geographica, terão autoridade legal sufficiente para instituir e proseguir as necessarias acções e processos perante as autoridades administrativas e os tribunaes de justiça dos Estados Contractantes.

Egual autoridade terão as commissões ou instituições officiaes e os syndicatos ou associações que representem os interesses da industria, agricultura ou commercio, e que tenham sido legalmente organizados para a defesa de methodos de negocio honestos e leaes.

CAPITULO VII.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Artigo 32.

As autoridades administrativas e os tribunaes terão jurisdicção privativa sobre os processos administrativos e julgamentos administrativos, civis ou criminaes, oriundos de materias relativas á applicação da lei nacional.

Article 30.

Tout acte prohibé par la présente convention sera réprimé par les autorités administratives ou judiciaires compétentes de l'Etat dans lequel le délit fut commis, suivant les méthodes et la procédure légales en vigueur dans ce pays, soit d'office, soit à la requête des parties intéressées qui peuvent se prévaloir des droits et recours que les lois leur accordent pour obtenir indemnisation pour les dommages et pertes subis. Les articles, produits, marchandises ou leur marques qui auront fait l'objet de la concurrence déloyale seront susceptibles de saisie, de destruction ou d'être rendus inutilisables suivant le cas.

Article 31.

Tout fabricant, industriel, commerçant ou agriculteur intéressé dans la production, la fabrication ou le commerce des marchandises ou articles affectés par tout acte ou fait prohibé, aussi bien que ses agents ou représentants dans l'un des Etats contractants, ainsi que les agents consulaires de l'Etat auquel appartient la localité ou région faussement indiquée comme lieu d'origine ou de provenance auront pouvoir légal suffisant pour entreprendre toute action et poursuites consécutives par-devant les autorités administratives et les tribunaux des Etats contractants.

Le même pouvoir appartiendra aux commissions ou institutions officielles, ainsi qu'aux syndicats ou associations qui représentent les intérêts de l'industrie, l'agriculture ou le commerce et qui sont légalement établis pour la défense des procédés honorables et honnêtes.

CHAPITRE VII

DISPOSITIONS GÉNÉRALES.

Article 32.

Les autorités administratives et les tribunaux de chaque Etat contractant auront seule juridiction en matière de procédure administrative et de jugements administratifs, civils ou criminels concernant l'application de la loi nationale.

Quaesquer differenças que possam surgir com respeito á interpretação ou applicação dos principios desta Convenção, serão solucionados pelos tribunaes de justiça de cada Estado, e somente no caso de denegação de justiça serão submetidas a arbitragem.

Artigo 33.

Cada um dos Estados Contractantes em que ainda não existir, ora se compromette a estabelecer um serviço protectivo para a supressão da concorrência desleal e falsas indicações de origem e procedencia geographica e a publicar para fins de opposição nas publicações officiaes de Governo, ou em outro periodico, a marca de fabrica solicitada e outorgada assim como as decisões administrativas tomadas sobre a materia.

Artigo 34.

A presente convenção será sujeita a revisã periodica com o fim de nella se introduzirem os melhoramentos que a experiencia possa indicar, com aproveitamento de quaesquer das conferencias internacionaes realizadas pelos Estados Americanos, ao qual cada nação enviará uma delegação na qual se recommenda sejam incluídos peritos na materia da marcas de fabrica, a fim de que sejam alcançados resultados effectivos.

A administração nacional do paiz em que se realizarem taes conferencias preparará, com o auxilio da União Pan-Americana e a Secretaria Inter-Americana de Marcas de Fabrica, o trabalho da respectiva conferencia.

O Director da Secretaria Inter-Americana poderá assistir ás sessões de taes conferencias e poderá tomar parte nas discussões, porém não terá voto.

Artigo 35.

As disposições desta Convenção terão força de lei em todos os Estados em que os tratados internacionaes possuam tal caracter, desde o momento em que forem ratificadas pelos seus órgãos constitucionaes.

Os Estados Contractantes em que o cumprimento de accordos internacionaes depender da decretação de leis apropriadas ou da aceitação em principio desta convenção concordam em solicitar dos seus órgãos legislativos a decretação da necessaria legislação no mais breve periodo

Tous différends pouvant s'élever quant à l'interprétation ou de l'application des principes de cette convention seront réglés par les tribunaux de chaque Etat, et seulement en cas de déni de justice seront soumis à l'arbitrage.

Article 33.

Chacun des Etats contractants dans lequel il n'existe pas encore, s'engage à établir un service de protection pour la suppression de la concurrence déloyale et des fausses indications d'origine ou de provenance géographique et à insérer, dans les publications officielles du gouvernement ou dans tout autre périodique, les marques de fabrique soumises et agréées, aussi bien que les décisions administratives rendues en la matière.

Article 34.

La présente convention sera sujette à une revision périodique dans le but d'y introduire telles améliorations que l'expérience peut indiquer, profitant de toutes conférences internationales tenues par les Etats américains, auxquelles chaque pays enverra une délégation dans laquelle il est recommandé de faire entrer des spécialistes en matière de marques de fabrique, à l'effet d'aboutir à des résultats effectifs.

L'Administration nationale du pays dans lequel se tiendront ces conférences préparera, avec l'assistance de l'Union panaméricaine et du Bureau interaméricain des marques de fabrique, le travail de la conférence.

Le directeur du Bureau interaméricain pourra assister aux réunions de ces conférences et prendre part aux discussions, mais il n'y aura pas droit de vote.

Article 35.

Les dispositions de cette convention auront force de loi dans les Etats où les traités internationaux ont ce caractère, aussitôt qu'ils ont été ratifiés par leurs organes constitutionnels.

Les Etats contractants dans lesquels la mise en vigueur d'accords internationaux dépend de la promulgation de lois appropriées, conviennent par l'acceptation en principe de cette convention, à requérir de leurs corps législatifs l'adoption de la législation nécessaire dans le plus court délai

de tempo possível e de accordo com as suas disposições constitucionaes.

possible d'accord avec leurs prescriptions constitutionnelles.

Artigo 36.

Os Estados Contractantes concordam em que logo que esta convenção entre em vigor, a Convenção de Marcas de Fabrica de 1910 e 1923 cessarão automaticamente de vigorar, porém quaesquer direitos que tenham sido adquiridos, ou que venham a ser adquiridos de accordo com as mesmas até o momento de entrar em vigor esta convenção continuarão a ser validos até a sua devida expiração.

Article 36.

Les Etats contractants conviennent qu'aussitôt que cette convention deviendra effective, les Conventions sur les marques de fabrique de 1910 et 1923 cesseront automatiquement d'être en vigueur, mais tous droits qui ont été acquis ou qui peuvent être acquis aux termes de celles-ci jusqu'à l'entrée en vigueur de la présente convention continueront à être valides jusqu'à leur expiration.

Artigo 37.

A presente Convenção será ratificada pelas Altas Partes Contractantes na conformidade dos seus respectivos processos constitucionaes.

A Convenção original e os instrumentos de ratificação serão depositados na União Pan-Americana, que transmittirá copias certificadas da primeira e comunicará a notificação das referidas ratificações aos outros Governos Signatarios, e a convenção entrará em vigor para as Altas Partes Contractantes na ordem em que depositarem as suas ratificações.

Esta Convenção permanecerá em vigor indefinidamente, porém poderá ser denunciada por meio de notificação dada com um anno de antecedencia, á expiração do qual cessará de vigorar no que diz respeito á Parte denunciante, mas continuará a vigorar no que diz respeito aos outros Estados Contractantes. Toda a denuncia será enviada á União Pan-Americana que em seguida a transmittirá aos outros Estados Contractantes.

Os Estados Americanos que não tenham assignado esta Convenção poderão adherir a mesma enviando o respectivo instrumento official á União Pan-Americana, que, por sua vez, notificará em seguida aos Governos dos outros Estados Contractantes na maneira previamente indicada.

Em testemunho do que os delegados acima designados assignam esta Convenção em portuguez, inglez, hespanhol, e francez, e appõem á mesma os seus respectivos sellos.

Dada na Cidade de Washington aos vinte dias do mez de fevereiro do anno mil e novecentos e vinte e nove.

Article 37.

La présente convention sera ratifiée par les Hautes Parties contractantes conformément à leurs procédures constitutionnelles respectives.

La convention originale et les instruments de ratification seront déposés à l'Union panaméricaine qui en transmettra des copies certifiées et notifiera les ratification reçues aux gouvernements signataires. La convention entrera en vigueur pour les Hauts Etats contractants dans l'ordre dans lequel ils auront déposé leurs ratifications.

La présente convention restera en vigueur indéfiniment ; mais elle peut être dénoncée au moyen d'un avis donné une année d'avance, à l'expiration de laquelle elle cessera d'avoir force pour la Partie qui l'aura dénoncée ; mais elle restera en vigueur en ce qui concerne les autres Etats contractants. Toutes les dénonciations seront adressées à l'Union panaméricaine qui en donnera aussitôt avis aux autres Etats contractants.

Les Etats américains qui n'ont pas signé la présente convention peuvent y adhérer en envoyant l'instrument officiel qui constate cette adhésion à l'Union panaméricaine qui, à son tour, en donnera avis aux Gouvernements des autres Etats contractants de la manière précédemment indiquée.

En foi de quoi les délégués susnommés ont signé la présente convention en français, en espagnol, en anglais et en portugais et y ont apposé leurs sceaux respectifs.

Fait en la ville de Washington, le vingtième jour du mois de février de l'an mil neuf cent vingt-neuf.

(Seal.) A. GONZÁLEZ PRADA.
 (Seal.) Emeterio CANO DE LA VEGA.
 (Seal.) Juan Vicente RAMÍREZ.
 (Seal.) Gonzalo ZALDUMBIDE.
 (Seal.) VARELA.
 (Seal.) FRANCISCO DE MOYA.
 (Seal.) Oscar BLANCO VIEL.

Subscribo la presente Convención en cuanto sus disposiciones no sean contrarias a la legislación nacional de mi país, haciendo reserva expresa de las disposiciones de esta Convención sobre las cuales no hay legislación en Chile. ¹

R. J. ALFARO. (Seal.)
 Juan B. CHEVALIER. (Seal.)
 P. R. RINCONES. (Seal.)
 Manuel CASTRO QUESADA. (Seal.)
 F. E. PIZA. (Seal.)
 Gustavo GUTIÉRREZ. (Seal.)
 A. L. BUFILL. (Seal.)
 (Seal.) Adrián RECINOS.
 (Seal.) Ramiro FERNÁNDEZ.
 (Seal.) Raoul LIZAIRE.
 (Seal.) Pablo GARCÍA de LA PARRA.
 (Seal.) Carlos DELGADO DE CARVAJHO.
 (Seal.) F. SUÁSTEGUI.
 (Seal.) Vicente VITA.
 Carlos IZAGUIRRE V. (Seal.)
 Edward S. ROGERS. (Seal.)
 Thomas E. ROBERTSON. (Seal.)
 Francis WHITE. (Seal.)

¹ Traductions :

Je signe la présente Convention en tant que ses dispositions ne sont pas contraires à la législation nationale de mon pays et je fais toutes réserves expresses sur les dispositions de cette Convention sur lesquelles il n'existe pas de législation au Chili.

¹ Translations :

I sign the present Convention in so far as its provisions do not run contrary to the national legislation of my country and I make all express reservations on the provisions of this Convention for which there exists no legislation in Chile.